

Science4Policy 2023 (S4P-23): **Concurso de Estudos de Ciência para as Políticas Públicas**

Relatório de Progresso [Atualização]



FICHA TÉCNICA

Título

Science4Policy 2023 (S4P-23): Concurso de Estudos de Ciência para as Políticas Públicas. Relatório de progresso [Atualização]

Autoria

PLANAPP – Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas

Data

Dezembro 2024

PLANAPP – Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas

Campus XXI, Av. João XXI, n. 63

1000-300 Lisboa

planapp@planapp.gov.pt

www.planapp.gov.pt

Índice

Sumário Executivo	4
1. Contextualização.....	6
2. Linhas temáticas do S4P-23	8
3. Lançamento e candidaturas S4P-23.....	10
Lançamento	10
Candidaturas	11
4. Avaliação e resultados do S4P-23	13
5. Divulgação do concurso S4P-23.....	19
6. Contratualização dos estudos S4P-23.....	21
7. Conclusões	23
Anexo	26

Sumário Executivo

O projeto *Science4Policy* (S4P): Concurso de Estudos de Ciência para as Políticas Públicas é uma iniciativa do Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas (PLANAPP) e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P. (FCT), para apoiar a produção de estudos, em formato de *policy brief*, que contribuam para a tomada de decisão e para a definição e implementação de políticas públicas informadas por evidências, envolvendo diferentes áreas governativas, promovendo, deste modo, a capacitação avançada dos organismos da Administração Pública, em linha com os objetivos previstos no investimento do PRR que financia este projeto. A [1.ª edição](#)¹ (S4P-23) colocou 22 linhas temáticas a concurso, enquadradas nas Agendas Temáticas da Estratégia Portugal 2030, depois de consultada a REPLAN, e foi lançada a 28 de setembro de 2023, tendo sido selecionados 18 estudos².

O relatório de progresso agora apresentado debruça-se sobre a 1.ª edição, atualizando o relatório publicado em janeiro de 2024, o qual se referiu ao período entre junho e dezembro de 2023, e que agora é estendido até dezembro de 2024. Assim, o relatório reflete sobre os seguintes momentos do processo de concretização do concurso S4P-23: (1) definição das linhas temáticas; (2) lançamento e candidaturas; (3) avaliação das candidaturas e divulgação de resultados; e (4) contratualização e início da execução dos estudos.

A colaboração entre PLANAPP, a REPLAN e FCT revelou ser frutífera para a definição das linhas temáticas e dos painéis de avaliação e para a divulgação da iniciativa. Esta colaboração deve ser, por isso mesmo, replicada nas próximas edições do S4P.

Além de uma monitorização do progresso do Concurso, encontra-se em curso o desenho de um processo de avaliação de *outputs* (resultados) e *outcomes* (impactos) do projeto, a médio e longo-prazo, aumentando a compreensão sobre o impacto da iniciativa. Desta forma, entre outros, visa-se aferir níveis de participação no projeto da comunidade de formuladores de políticas públicas e da comunidade de cientistas, as interações produtivas promovidas entre estas duas comunidades, ou ainda o uso e integração dos *policy briefs* pelas instituições públicas.

O concurso S4P é uma atividade em curso e a próxima fase de execução dos estudos financiados, culminando com a entrega dos relatórios finais e *policy briefs*, permitirá aprofundar os resultados e acolher mais sugestões, visando o alcance de processos mais completos e capazes de contribuir para uma atuação pública de qualidade, através do apoio ao desenvolvimento de políticas públicas informadas por evidências.

¹ <https://www.fct.pt/en/concursos/science4policy-2023-s4p-23-concurso-de-estudos-de-ciencia-para-as-politicas-publicas>

² A [2.ª edição](#)² (S4P-24) foi lançada a 14 de fevereiro de 2024, colocando 32 linhas temáticas a concurso, também tendo sido selecionados 18 estudos. Será a seu tempo lançado um relatório de progresso dedicado exclusivamente a esta edição.

Próximos passos do S4P-23:

- Outubro de 2024: workshop para os Investigadores Responsáveis e os Investigadores Co-Responsáveis sobre como preparar um policy brief, organizado pelo PLANAPP em articulação com o Joint Research Centre (JRC) da Comissão Europeia.
- Até novembro de 2024: conclusão dos procedimentos de contratualização dos estudos selecionados, promovidos pela Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM).
- Até final de 2025: conclusão da execução dos estudos financiados, com a entrega e validação dos relatórios finais e respetivos policy briefs, e apresentação pública dos mesmos.

1. Contextualização

De modo a acompanhar e reforçar cada uma das fases da intervenção ao nível das políticas públicas, criando as metodologias e as competências internas e nos organismos da Administração Pública que são necessárias para melhorar a qualidade dessas intervenções, o PLANAPP tem vindo a apoiar o desenvolvimento de políticas informadas por evidências, nomeadamente, contribuindo para: a) a promoção de uma cultura que institucionalize a relação entre as políticas públicas e a ciência, no âmbito do qual se produza e utilize evidências científicas nas diversas fases do ciclo das políticas públicas e se implementem iniciativas que aproximem as duas comunidades, fundamental para a sensibilização e capacitação recíproca e; b) o desenho de processos de mobilização co-participativa dos três tipos de interlocutores da política pública (decisores públicos e profissionais do apoio à decisão; investigadores do sistema científico e de ensino superior; e outros especialistas e representantes da sociedade civil).

Um dos portefólios de projetos do PLANAPP que contribui diretamente para esta missão é o “Ciência para as políticas públicas”. Este conjunto de projetos, dinamizado pela Equipa Multidisciplinar de Parcerias e Inovação (anteriormente designada Assessoria Estratégica – Parcerias e Inovação), procura apoiar a resposta a problemas complexos e multidimensionais, entre outras atividades, através do estímulo à produção de conhecimento científico de apoio à preparação da decisão política e da capacitação avançada de serviços com funções de prospetiva, planeamento e estudo na Administração Pública.

Um desses projetos é o **concurso *Science4Policy* (S4P): Concurso de Estudos de Ciência para as Políticas Públicas**, que tem o objetivo de apoiar a produção de estudos, que estimulem a produção científica em áreas identificadas como relevantes para as políticas públicas e de facultar evidências que contribuam para preparar o apoio à decisão e à definição e implementação de políticas públicas, envolvendo diferentes áreas governativas, assumindo os resultados a forma de um *policy brief*.

Visando operacionalizar o lançamento deste concurso, integrado na programação de concursos de projetos da FCT, foi formalizada uma articulação específica entre o PLANAPP e a FCT, através da assinatura, a 30 de maio de 2022, de um Memorando de Colaboração entre estas entidades, tendo em vista estimular a Investigação e Desenvolvimento e o Emprego Científico, através do desenvolvimento conjunto de atividades em áreas que contribuam para o cumprimento das respetivas missões relativas à produção do conhecimento para as políticas públicas e a mobilização para o efeito de parceiros do sistema científico e tecnológico nacional. Posteriormente, a 14 de setembro de 2023, o PLANAPP e a FCT assinaram um Termo Adicional a este Memorando, tendo em vista a definição concreta dos objetivos, termos e condições de execução dos concursos “*Science4Policy* (S4P): Concurso de Estudos de Ciência para as Políticas Públicas”, prevendo o lançamento de duas edições, em 2023 e em 2024.

A 1.ª edição do concurso (S4P-23), lançada a 28 de setembro de 2023, visou apoiar estudos em 22 linhas temáticas, definidas em colaboração com a Rede de Serviços de Planeamento e Prospetiva da

Administração Pública³ (REPLAN), respondendo a desafios atuais que o nosso país enfrenta, enquadrados nas Agendas Temáticas da Estratégia Portugal 2030⁴. As linhas temáticas traduzem-se em projetos até 12 meses, financiados até 50 mil euros, numa dotação global de 1M€, sendo elegíveis as entidades pertencentes ao sistema científico e tecnológico nacional.

As fases do concurso incluem: apresentação de candidaturas; verificação administrativa pela FCT; avaliação das candidaturas; audiência prévia; notificação da decisão final. Posteriormente, o financiamento dos estudos é contratualizado entre as entidades beneficiárias e o PLANAPP, mediante contrato de prestação de serviços, nos termos da legislação aplicável e mediante a verificação do cumprimento dos requisitos e condições aplicáveis. Concluída a execução de cada estudo, deve ser enviado ao PLANAPP, para efeitos de avaliação final, um relatório final de execução o qual inclui como elemento principal um *policy brief* (em português e em inglês).

À data de apresentação do presente relatório, todos os estudos selecionados no S4P-23 já tinham sido contratualizados e tinha sido dado início à respetiva execução.

Estes estudos são financiados pelo PLANAPP no quadro da execução do subinvestimento com o código C19-i07.04 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) designado por “Capacitação da Administração Pública –PlanAPP”. Este subinvestimento visa, através do PLANAPP, no quadro da implementação do “Projeto Competências em Planeamento e Prospetiva da AP” (código C19-i07.04.m01), reforçar as capacidades de apoio à definição e implementação de políticas públicas, avaliação de políticas e prospetiva - planeamento, desenho, adoção e implementação, monitorização e revisão - promovendo as metodologias e o reforço de competências internas na Administração Pública necessárias à melhoria na programação, implementação e avaliação das políticas públicas.

³ <https://www.planapp.gov.pt/apresentacao-replan/>

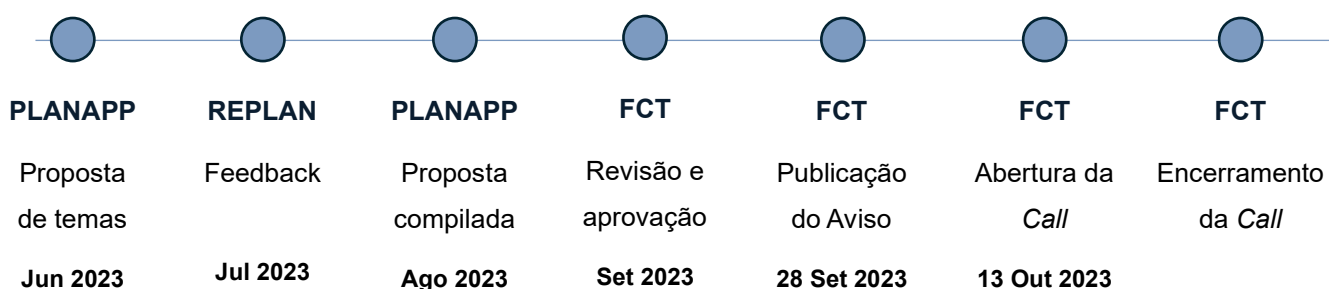
⁴ <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/98-2020-148444002>

2. Linhas temáticas do S4P-23

Para a definição das linhas temáticas, foram estabelecidos critérios de seleção, visando orientar o desenvolvimento de cada linha de forma precisa e concreta. Os critérios em questão destacam a importância de as linhas temáticas identificadas abordarem um problema específico e estarem fundamentadas numa base científica sólida. As linhas temáticas devem ainda inserir-se numa das Agendas Temáticas da Estratégia Portugal 2030, aprovada em anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro⁵, e mobilizar pelo menos duas áreas governativas.

O processo de definição dos temas em concurso ocorreu entre junho e setembro de 2023, resultando num processo colaborativo entre o PLANAPP, FCT e REPLAN, conforme ilustrado na figura 1. Esta abordagem conjunta assegurou uma definição robusta e coerente das linhas temáticas, promovendo, assim, a sua relevância e a integração desses temas nos objetivos da Estratégia Portugal 2030.

Figura 1 - Cronograma da Edição S4P-23



Fonte: elaboração própria

A fase inicial de definição das linhas temáticas, propostas pelo PLANAPP, consistiu num processo interno de recolha de propostas de linhas temáticas a desenvolver, resultando numa proposta inicial de 26 temas.

Para garantir um processo consistente de produção científica ao serviço das políticas públicas e procurando responder às reais necessidades de conhecimento e evidências sentidas pelos vários serviços e organismos da Administração Pública, o modelo do concurso promoveu abordagens colaborativas na resposta a problemas e uma maior cooperação entre áreas governativas. Para este efeito, foram solicitados contributos e sugestões à REPLAN. O PLANAPP avançou com várias propostas que, com exceção dos projetos dedicados ao Combate à Pobreza e ao tema da Memória, poderiam ser substituídas por outras consideradas mais urgentes ou pertinentes pelos membros da REPLAN.

Foram recebidos contributos da REPLAN que permitiram melhorar a proposta inicial, a saber:

- 3 novas linhas temáticas incluídas;

⁵<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/98-2020-148444002>

- 5 linhas temáticas melhoradas;
- 2 linhas temáticas retiradas.

Dos contributos recebidos, 8 linhas temáticas sugeridas não foram incluídas por terem um conteúdo demasiado abrangente (não focarem um problema concreto) e/ou não terem por base uma questão científica (por exemplo, concretizar um *dashboard*). Para além disso, 3 linhas temáticas sugeridas não eram exequíveis em um ano ou no ano civil de 2024. No entanto, várias destas sugestões foram novamente consideradas para a edição do concurso em 2024, procurando-se reformular e afinar as propostas, em colaboração com a REPLAN, de modo a obter propostas de estudos que resultem de um problema concreto e que sejam passíveis de ser executadas durante o período temporal definido.

Este processo resultou na seleção final de 22 linhas temáticas que foram colocadas a concurso, tendo três novas linhas temáticas sido incorporadas e as restantes sido substancialmente melhoradas. A seleção final das linhas temáticas foi apresentada em sede de reunião da REPLAN a 13 de setembro de 2023, explicando o processo de definição final, tendo depois sido revista e aprovada pela FCT para lançamento do concurso.

3. Lançamento e candidaturas S4P-23

Lançamento

O concurso S4P-23 foi lançado em setembro de 2023, e decorreu na seguinte calendarização:

- 28 setembro 2023: Lançamento do aviso de abertura (anexo).
- 13 outubro 2023 (11h): Abertura de candidaturas.
- 14 novembro 2023 (17h): Encerramento das candidaturas.
- 15 novembro 2023: Abertura para aceitação da candidatura pela instituição proponente.
- 28 novembro 2023: Encerramento para aceitação da candidatura pela instituição proponente.
- 20 dezembro 2023 Constituição dos painéis de avaliação.
- 15-16 fevereiro 2024: Reunião dos painéis de avaliação.
- 5 março 2024: Notificação e divulgação dos resultados provisórios.
- 9 abril 2024: Notificação e divulgação dos resultados finais (cumprida a fase de audiência prévia).

O Aviso de Abertura (anexo) definiu os termos e condições do concurso, os quais se apresentam de forma sintética e agregada na tabela seguinte:

Quadro 1 - Termos e Condições definidos no Aviso de Abertura

Tipologia de estudos e duração	• Cada candidatura só pode ter uma entidade beneficiária e só pode responder a uma linha temática. • Cada estudo tem duração máxima de 12 meses. Podem reservar-se 30 dias consecutivos adicionais, se necessário, para envio do relatório final de execução.
Financiamento	• Dotação global máxima do concurso de € 1.000.000. • Financiado um estudo por linha temática, até à dotação máxima definida na linha temática. • Financiamento contratualizado entre as entidades beneficiárias e o PLANAPP, mediante contrato de prestação de serviços, nos termos da legislação aplicável. • Modalidade de pagamento: 75% com a entrega do cronograma final do plano de trabalhos até 1 mês após a assinatura do contrato; 25% finais após a apresentação e a avaliação positiva do relatório final de execução, incluindo do policy brief. • Financiamento exclusivo pelo PRR, no quadro do subinvestimento C19-i07.04 do PLANAPP ("Capacitação da Administração Pública - PlanAPP") enquadrado no Investimento C19-i07 ("Capacitação da AP – Formação de Trabalhadores e Gestão do Futuro" da Componente C19-AP - Digitalização, Interoperabilidade e Cibersegurança).
Elegibilidade	• O Investigador Responsável (IR) só pode submeter uma candidatura, nessa qualidade. Deve deter grau de doutor e ser membro integrado de uma unidade de I&D, ou ter um vínculo contratual com um Laboratório do Estado ou um Laboratório Associado com estatuto homologado. • Instituições proponentes concorrem individualmente e podem ser: Instituições do ensino superior, seus institutos e unidades de I&D; Laboratórios do Estado; Laboratórios Associados com estatuto homologado; Instituições privadas sem fins lucrativos que tenham como objeto principal atividades de I&D; outras instituições públicas e privadas, sem fins lucrativos, que desenvolvam ou participem em atividades de investigação científica.

Avaliação	• Painéis de avaliação compostos por peritos afiliados em instituições nacionais ou estrangeiras, independentes e de reconhecido mérito e idoneidade, a designar pela FCT e pelo PLANAPP. • Metodologia de seleção e hierarquização dos estudos baseada no indicador do Mérito do Projeto que assenta nos seguintes critérios: qualidade e adequabilidade ao contexto nacional (35%), exequibilidade do plano de trabalhos (15%), mérito da equipa e adequação dos perfis dos seus membros (30%), colaboração de serviços ou organismos da Administração Pública (15%), comunicação e disseminação (5%).
Relatório final de execução e <i>policy brief</i>	• Concluída a execução do estudo, deve ser enviado ao PLANAPP, para avaliação final, um relatório final de execução o qual inclui como elemento principal um <i>policy brief</i>. • O relatório final de execução é um documento, em português ou inglês, que resume a execução dos trabalhos e os seus outputs, incluindo publicações científicas ou outras atividades (tais como ações de comunicação) e que poderá também, se necessário, servir para detalhar o <i>policy brief</i> a nível científico ou metodológico. • O relatório final de execução e respetivo <i>policy brief</i>, sem prejuízo da colaboração da FCT, são validados pelo PLANAPP, que pode solicitar revisão adicional antes de validar. • Os Investigadores Responsáveis e Co-Responsáveis pelos estudos devem participar num <i>workshop</i> sobre como preparar um <i>policy brief</i>, organizado pelo PLANAPP.

Fonte: elaboração própria com base no Aviso de Abertura do Concurso S4P-23

Candidaturas

No âmbito do S4P-23, foram submetidas as seguintes 71 candidaturas a 19 linhas temáticas (Quadro 2).

As 3 linhas sem candidaturas foram:

- Linha 15 “Estratégia de longo prazo para a renovação dos edifícios de Portugal (ELPRE): Implicações para a habitabilidade, conforto e salubridade na reabilitação de edifícios”;
- Linha 17 “Resíduos: o desafio da reciclagem”; e
- Linha 18 “Resíduos: reduzir as embalagens”.

Considerando o universo de 141 candidaturas que foram iniciadas na plataforma, mas que não foram concluídas, verificou-se uma taxa de desistência de 51% face às intenções. Perante esta situação, o PLANAPP articulou com a FCT a revisão do formulário de candidatura, bem como a densificação do Guião de Candidatura, para produzir efeitos já na edição seguinte do concurso (S4P-24), tentando que tal potencie a redução da taxa de desistência em candidatura. Para este efeito, o PLANAPP compilou um documento com sugestões de simplificação do formulário e entregou-o à FCT, que se encarregou de proceder às alterações possíveis, tendo em conta a sua infraestrutura informática.

Quadro 2 - Resumo das Candidaturas

Agenda 2030	Estudos N.º candidaturas	Financiamento máximo previsto no aviso de abertura (milhares de euros)
As Pessoas Primeiro melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade	Monitorização e avaliação de Unidades de Saúde Familiares 4	40
	Património e Memória – Arquivos nacionais 4	50
	Avaliação do Ensino Profissionalizante 4	40
	O papel das escolas na integração de imigrantes 6	40
	Impacto de medidas no ciclo de reprodução da pobreza 3	50
	Dimensões emergentes da pobreza 5	50
	Habituação indigna: quem, onde, como, porquê? 3	50
	Caracterizar a dimensão externa da crise de habitação 4	50
	33	€370
Digitalização, inovação e qualificação como motores do desenvolvimento	Antecipar a regulação da Inteligência Artificial 8	40
	Valorização das litotecas e do repositório geológico nacional – base de pesquisa digital 1	40
	9	€80
Competitividade e coesão um país competitivo externamente e coeso internamente	Solo e garantias de <i>carbon farming</i> 1	50
	Garantias de <i>carbon farming</i> nos ecossistemas costeiros e marítimos 2	50
	Produtividade das empresas e empreendedorismo 4	40
	Desigualdade e dinâmica salarial regional 4	50
	11	
Transição climática e sustentabilidade dos recursos	Estratégia de longo prazo para a renovação dos edifícios de Portugal (ELPRE): Implicações para a habitabilidade, conforto e salubridade na reabilitação de edifícios 0	50
	Resíduos: o desafio da recolha 3	50
	Resíduos: o desafio da reciclagem 0	40
	Resíduos: reduzir as embalagens 0	40
	Indicadores integrados para a biodiversidade terrestre 1	40
	Indicadores integrados para a biodiversidade marítima e costeira 3	40
	Responder a desafios climáticos com ecologia e planeamento urbano 8	40
	Antecipar a “ <i>Nature Restoration Law</i> ”: indicadores de biodiversidade em agroambientes 3	50
	18	50
		€360
	71	€1000

Fonte: elaboração própria com base nas candidaturas ao Concurso S4P-23

4. Avaliação e resultados do S4P-23

A fase de avaliação das candidaturas foi promovida pela FCT, depois de ter realizado a verificação administrativa das candidaturas.

Os elementos dos painéis de avaliação foram designados pela FCT e pelo PLANAPP, de entre peritos afiliados em instituições nacionais ou estrangeiras, independentes e de reconhecido mérito e idoneidade. Conforme acordado entre as duas entidades, os elementos científicos foram identificados pela FCT e os elementos técnico-científicos foram identificados pelo PLANAPP em conjunto com as entidades da REPLAN que indicaram representantes de serviços e organismos das respetivas áreas governativas para integrarem os painéis, em linha com o processo adotado para a definição das linhas temáticas do concurso.

Nesta base, foram constituídos dois painéis de avaliação para a avaliação das 71 candidaturas, integrando, no mínimo, três elementos por linha temática (científicos e técnico-científicos), um dos quais o coordenador do painel:

Quadro 3 - Painéis de Avaliação

Painel	Linhas temáticas
Painel 1 Ciências Sociais	Linha 1 Monitorização e avaliação de Unidades de Saúde Familiares Linha 2 Património e Memória – Arquivos nacionais Linha 3 Avaliação do Ensino Profissionalizante Linha 4 O papel das escolas na integração de imigrantes Linha 5 Impacto de medidas no ciclo de reprodução da pobreza Linha 6 Dimensões emergentes da pobreza Linha 7 Habitação indigna: quem, onde, como, porquê? Linha 8 Caracterizar a dimensão externa da crise de habitação Linha 9 Antecipar a regulação da Inteligência Artificial Linha 13 Produtividade das empresas e empreendedorismo Linha 14 Desigualdade e dinâmica salarial regional
Painel 2 Ciências Naturais e da Engenharia	Linha 10 Valorização das litotecas e do repositório geológico nacional – base de pesquisa digital Linha 11 Solo e garantias de <i>carbon farming</i> Linha 12 Garantias de <i>carbon farming</i> nos ecossistemas costeiros e marítimos Linha 16 Resíduos: o desafio da recolha Linha 19 Indicadores integrados para a biodiversidade terrestre Linha 20 Indicadores integrados para a biodiversidade marítima e costeira Linha 21 Responder a desafios climáticos com ecologia e planeamento urbano Linha 22 Antecipar a “ <i>Nature Restoration Law</i> ”: indicadores de biodiversidade em agroambientes

Fonte: elaboração própria com base nas candidaturas ao Concurso S4P-23

Aos painéis de avaliação competia:

- Aplicar os critérios de avaliação definidos no aviso de abertura (anexo).
- Elaborar um parecer de avaliação para cada estudo.

- c) Hierarquizar as candidaturas.
- d) Proceder à análise das pronúncias em sede de audiência prévia.
- e) Elaborar atas das respetivas reuniões de painel, na qual são identificadas as situações de conflito de interesses verificadas durante o funcionamento do painel.
- f) Após a fase de audiência prévia, elaborar um relatório final com a proposta de ordenação dos estudos candidatados, e apresentá-lo à FCT e ao PLANAPP para efeitos de decisão final.

O painel de avaliação 1 (“ciências sociais”) com 49 candidaturas foi composto por 31 elementos (16 científicos, incluindo a coordenadora, e 15 técnico-científicos) e o painel de avaliação 2 (“ciências naturais e da engenharia”) com 22 candidaturas foi composto por 17 elementos (9 científicos, incluindo a coordenadora, e 8 técnico-científicos).

Quadro 4 - Painel de Avaliação 1 – Ciências Sociais

	Nome	
Coordenadora	Aurora Teixeira	Faculdade de Economia - Universidade do Porto
Científico	Alina Esteves	Universidade de Lisboa
Científico	Álvaro Almeida	Universidade do Porto
Técnico-Científico	Ana Lal Amândio	Agência para a Integração, Migrações e Asilo
Técnico-Científico	Ana Salvado	PlanAPP - Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública
Técnico-Científico	Ana Valente	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
Técnico-Científico	Antonieta Ministro	Gabinete de Estratégia e Planeamento
Científico	Carlos Carreira	Universidade de Coimbra
Científico	Carlos Guardado da Silva	Universidade de Lisboa
Técnico-Científico	Carlos Martins Ferreira	PlanAPP - Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública
Científico	Cristina Parente	Universidade do Porto
Científico	Fernanda Olival	Universidade de Évora
Técnico-Científico	Guilma Nogueira	Gabinete de Estratégia e Estudos
Científico	Hugo de Almeida Vileas	Universidade do Porto
Científico	Hugo Figueiredo	Universidade de Aveiro
Científico	Joana Guerra	Universidade de Coimbra
Técnico-Científico	Joaquim Santos	Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
Científico	José Carlos Marques	Instituto Politécnico de Leiria
Técnico-Científico	José Pedro Antunes	INCODE2030
Científico	José Varejão	Universidade do Porto
Científico	Luís Sanchez Carvalho	Universidade de Lisboa
Técnico-Científico	Manuel Abrantes	PlanAPP - Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública
Técnico-Científico	Manuel Cabugueira	Autoridade Nacional de Comunicações
Técnico-Científico	Margarida Cavaleiro	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
Técnico-Científico	Maria do Céu Fala	Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde
Científico	Maria Manuel Borges	Universidade de Coimbra
Técnico-Científico	Marta Carneiro	PlanAPP - Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública
Técnico-Científico	Pedro Mazeda-Gil	PlanAPP - Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública
Científico	Rui Soares Pereira	Universidade de Lisboa
Técnico-Científico	Rute Guerra	Gabinete de Estratégia e Planeamento
Científico	Steffen Hoernig	Universidade Nova de Lisboa

Fonte: FCT (<https://www.fct.pt/en/concursos/science4policy-2023-s4p-23-concurso-de-estudos-de-ciencia-para-as-politicas-publicas#tab1>)

Quadro 5 - Pannel de Avaliação 2 – Ciências Naturais e da Engenharia

	Nome	Afiliação
Coordenadora	Helena Freitas	Universidade de Coimbra
Tecnico-científico	André Silveira	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
Tecnico-científico	Andreia Sousa	PlanAPP - Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública
Tecnico-científico	Catarina Resende	Direção-Geral de Política do Mar
Científico	Eduarda Marques da Costa	Instituto de Geografia e Ordenamento do Território - Universidade de Lisboa
Tecnico-científico	Filipa Vala	PlanAPP - Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública
Tecnico-científico	Guilherme Azambuja	PlanAPP - Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública
Científico	Henrique Queiroga	Universidade de Aveiro
Científico	Icaro Dias da Silva	Instituto Dom Luiz - Universidade de Lisboa
Tecnico-científico	Inês Mateus	Agência Portuguesa do Ambiente
Científico	Irene Isabel da Cruz Martins	Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental - Universidade do Porto
Científico	Iuliu Bobos	Faculdade de Ciências - Universidade do Porto
Científico	João Carlos Martins Azevedo	Instituto Politécnico de Bragança
Científico	José A. Tenedório	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa
Tecnico-científico	Lia Godinho	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
Científico	Paula Antunes	Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Nova de Lisboa
Tecnico-científico	Pedro Benevides	Direção-Geral do Território

Fonte: FCT (<https://www.fct.pt/en/concursos/science4policy-2023-s4p-23-concurso-de-estudos-de-ciencia-para-as-politicas-publicas#tab1>)

Antes de iniciar o processo de avaliação, os elementos dos painéis declararam as situações de conflito de interesse em que se encontravam relativamente às candidaturas, ficando impossibilitados de aceder aos detalhes das mesmas.

Conforme definido no aviso de abertura, a metodologia de seleção e hierarquização dos estudos baseou-se no indicador do Mérito do Projeto (MP) que assentou nos seguintes critérios:

- A. Qualidade e adequabilidade ao contexto nacional: qualidade científica e caráter inovador da proposta de estudo apresentada e respetiva adequabilidade ao contexto nacional, incluindo políticas nacionais e, se aplicável, diretivas europeias relevantes (35%).
- B. Exequibilidade do plano de trabalhos do estudo proposto (15%).
- C. Mérito da equipa e adequação dos perfis dos seus membros ao plano de trabalhos do estudo proposto (30%).
- D. Colaboração de serviços ou organismos da Administração Pública com funções de conceção de políticas, planeamento, prospetiva e/ou avaliação de políticas públicas, bem como de produção de estatísticas, na(s) área(s) relevante(s) para o estudo proposto (15%).
- E. Comunicação e disseminação (5%).

O mérito do projeto era obtido através de: $MP = 0,35A + 0,15B + 0,30C + 0,15D + 0,05E$. E as pontuações de cada critério, atribuídas na seguinte escala de 1 a 5: 5 – Excelente; 4 – Muito bom; 3 – Bom; 2 – Suficiente; 1 – Insuficiente. O resultado do MP era arredondado à centésima.

No âmbito do critério de avaliação D, o PLANAPP, através da FCT, sugeriu aos avaliadores as seguintes classificações:

1. Não tem outras entidades fora do sistema científico e tecnológico nacional.
2. Não tem, mas tenciona ter ou trabalhar em parceria com; ou se os membros da equipa têm desenvolvido trabalho em parceria com (ver nos CVs da equipa).
3. Tem, mas não é o mais adequado ou é insuficiente (exemplo, tem uma parceria com a Administração Pública, mas haveria alternativas melhores).
4. Cumpre os requisitos de forma adequada.
5. Cumpre de forma exemplar todos os requisitos.

Nas situações em que a informação disponibilizada em candidatura não permitia uma pontuação sustentada de um determinado critério de avaliação era atribuída uma pontuação de 1 (um). Para efeitos de seleção, consideraram-se elegíveis e objeto de hierarquização os estudos com uma pontuação final de MP igual ou superior a 3,00 e cumulativamente a pontuação mínima de 1 em cada um dos critérios. Os estudos avaliados foram objeto de hierarquização pelos painéis de avaliação, por linha temática e por ordem decrescente da classificação MP obtida. Como critério de desempate entre estudos com o mesmo MP foram utilizadas sucessivamente e por ordem decrescente as classificações atribuídas aos critérios A), C), B), D) e E).

Após as avaliações individuais, o painel de avaliação 1 reuniu nos dias 15 e 16 de fevereiro (1,5 dias) e o painel de avaliação 2 reuniu no dia 15 de fevereiro (1 dia). Nesta base, os painéis de avaliação propuseram provisoriamente a hierarquização dos estudos por linha temática e o consequente financiamento dos 18 estudos ordenados em 1.º lugar nas linhas temáticas 1 a 14, 16 e 20 a 22 do S4P-23, totalizando € 827.375,39. Na linha temática 19, a única candidatura existente teve uma pontuação inferior a 3,00, pelo que não foi considerada elegível.

As propostas de decisão foram notificadas aos candidatos e divulgadas⁶ a 5 de março de 2024 e o período de audiência prévia decorreu entre 6 e 19 de março de 2024. Nesta sede, foram recebidas seis alegações contrárias em cinco linhas temáticas. A análise destas alegações pelos painéis de avaliação conduziu à alteração da pontuação final de apenas uma candidatura, mas não implicou a alteração da hierarquização das candidaturas por linha temática anteriormente proposta pelos painéis de avaliação.

Assim, foi elaborado o relatório final de avaliação do S4P-23 e respetiva proposta final de ordenação dos estudos candidatados ao S4P-23 e de seleção dos 18 estudos ordenados em 1.º lugar nas linhas temáticas 1 a 14, 16 e 20 a 22 do S4P-23, no montante total de € 827.375,39, o qual foi aprovado pela FCT e pelo PLANAPP em sede de decisão final. Os resultados finais foram notificados aos candidatos e divulgados⁷ a 9 de abril de 2024.

⁶ <https://www.fct.pt/en/concursos/science4policy-2023-s4p-23-concurso-de-estudos-de-ciencia-para-as-politicas-publicas#tab2>

⁷ <https://www.fct.pt/en/concursos/science4policy-2023-s4p-23-concurso-de-estudos-de-ciencia-para-as-politicas-publicas#tab2>

Quadro 6 - Resultados finais S4P-23

Linha Temática	Título	Investigador Responsável	Instituição Proponente	Financiamento Concedido
Antecipar a “Nature Restoration Law”: indicadores de biodiversidade em agroambientes	Quantifying the Effectiveness of Results-Based Model Policies for Biodiversity Enhancement	M ^a Helena Guimarães	Universidade de Évora	49,992.66 €
Antecipar a regulação da Inteligência Artificial	BridgeAI: Boosting Regulatory Implementation with Data-driven insights, Global expertise, and Ethics for AI	Helena Moniz	Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Investigação e Desenvolvimento em Lisboa	40,000.00 €
Avaliação do Ensino Profissionalizante	The impact of vocational education and training on higher education and labour market - An analysis of merged individual data	Pedro Miguel Rodrigues da Silva Martins	Universidade Nova de Lisboa	39,715.55 €
Caracterizar a dimensão externa da crise de habitação	External demands in the Portuguese housing market: multidimensional impacts and the role of public policies	Ana Drago	Centro de Estudos Sociais	49,990.71 €
Desigualdade e dinâmica salarial regional	Inequality and earnings dynamics in Portugal: exploring the spatial heterogeneity and location externalities	José Pedro Andrade de Portugal Dias	Universidade Nova de Lisboa	50,000.00 €
Dimensões emergentes da pobreza	Indicators System of Inclusion Policies	José Miguel da Graça Estevão André Nogueira Nogueira	ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	49,770.00 €
Garantias de carbon farming nos ecossistemas costeiros e marítimos	Carbon storage in wetlands: assessment and maximisation	A Rita Carrasco	Universidade do Algarve	49,953.71 €
Habitação indigna: quem, onde, como, porquê?	Housing. Territorial identification of social vulnerability and unworthy housing	Teresa Sá Marques	Faculdade de Letras da Universidade do Porto	50,000.00 €
Impacto de medidas no ciclo de reprodução da pobreza	Research as a public right tool for tackling child adversity and poverty	Helena Moura de Carvalho	Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto	49,999.01 €
Indicadores integrados para a biodiversidade marítima e costeira	Key monitoring requirements for effective management of the Portuguese Network of Marine Protected Areas	Isabel Sousa Pinto	Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental	40,000.00 €
Monitorização e avaliação de Unidades de Saúde Familiares	Pulse Check: Monitoring Family Health Units in Portugal	Marco Antonio Catussi Paschoalotto	Universidade do Minho	40,000.00 €

Linha Temática	Título	Investigador Responsável	Instituição Proponente	Financiamento Concedido
O papel das escolas na integração de imigrantes	Here I find myself in a mix with people from all over the world, that belongs to everyone	Ana Maria Mouraz Lopes	Universidade Aberta	39,868.46 €
Património e Memória – Arquivos nacionais	Memories and Archives: Mapping the (In)tangible	Ana Carvalho	Universidade de Évora	48,814.40 €
Produtividade das empresas e empreendedorismo	Productivity Growth and Resource Efficiency through EU Incentive System Evaluation in Portugal	Bruno Damásio	Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação - NOVA Information Management School (NOVA IMS)	40,000.00 €
Resíduos: o desafio da recolha	Separate waste collection in Portugal: characterisation of initiatives and proposal of norms and incentives	Célia Maria Dias Ferreira	Universidade Aberta	49,991.76 €
Responder a desafios climáticos com ecologia e planeamento urbano	Nature-based Innovation in Urban Planning for Sustainability Transition	Isabel Loupa Ramos	Associação do Instituto Superior Técnico para a Investigação e o Desenvolvimento	49,664.93 €
Solo e garantias de carbon farming	Relationships between soil characteristics, land use, land cover and agroforestry practices: Machine learning approaches	Vítor João Pereira Domingues Martinho	Instituto Politécnico de Viseu	49,614.20 €
Valorização das litotecas e do repositório geológico nacional – base de pesquisa digital	The historical archive of LNEG slides collection of national scientific value - LAMINOTECA 1.0	Zélia Pereira	Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P.	40,000.00 €

Fonte: FCT (<https://www.fct.pt/en/concursos/science4policy-2023-s4p-23-concurso-de-estudos-de-ciencia-para-as-politicas-publicas#tab2>)

5. Divulgação do concurso S4P-23

O processo de divulgação do lançamento do concurso teve início com um Comunicado de Imprensa conjunto⁸, emitido pelo PLANAPP e pela FCT, o qual foi divulgado na Agência de Notícias de Portugal (LUSA), no mesmo dia em que foi lançado o Aviso de Abertura. Esta iniciativa possibilitou que o concurso ganhasse destaque em reconhecidos meios de comunicação digital acessíveis ao público em geral, tais como:

- Expresso⁹;
- ECO¹⁰;
- Jornal de Negócios¹¹;
- Dinheiro Vivo¹²;
- Notícias ao Minuto¹³.

Para além da divulgação na imprensa, o concurso também teve uma considerável visibilidade nos sites e redes sociais, como o LinkedIn, do PLANAPP¹⁴ e FCT¹⁵.

Adicionalmente, a equipa dedicou esforços para disseminar o concurso junto das instituições do sistema científico e nacional, enviando e-mails de divulgação para uma base de dados cuidadosamente construída pela Equipa, que incluía 300 unidades de investigação portuguesas e os participantes dos vários projetos do portefólio “Ciência para as políticas públicas” da Equipa (por exemplo, o projeto *Workshops* Ciência e Política Pública: Como conseguir pontes?¹⁶). Para facilitar a comunicação, foi criado o e-mail science4policy@planapp.gov.pt, que desempenhou um papel importante ao receber questões relacionadas com o processo de candidatura, servindo de complemento ao e-mail disponibilizado, para esse mesmo efeito, pela FCT. Esta abordagem proativa das duas instituições garantiu uma divulgação mais abrangente do concurso, fortalecendo assim a participação e o envolvimento da comunidade científica.

Posteriormente, foi promovida a ampla divulgação dos resultados do concurso S4P-23, na comunicação social, nas redes sociais e sites institucionais do PLANAPP e FCT, e também através da *newsletter* externa do PLANAPP que já conta com mais de 2600 subscritores. Foram produzidas duas notícias autónomas, uma no Expresso e outra no Público. A isto juntou-se uma notícia da Lusa que foi replicada no Eco, Jornal de Negócios, Dinheiro Vivo, Notícias ao Minuto e Diário da Madeira.

⁸ [2023_09_28- Nota de imprensa -concurso-Science4Policy.pdf \(fct.pt\)](#)

⁹ [FCT e PlanAPP abrem concurso de €1 milhão para estudos sobre políticas públicas - Expresso](#)

¹⁰ [FCT lança concurso de um milhão de euros para estudos de apoio às políticas públicas – ECO \(sapo.pt\)](#)

¹¹ [FCT e PlanAPP lançam concurso para financiar estudos de apoio às políticas públicas - Economia - Jornal de Negócios \(jornaldenegocios.pt\)](#)

¹² [FCT e PlanAPP lançam concurso para financiar estudos de apoio às políticas públicas \(dinheirovivo.pt\)](#)

¹³ [FCT e PlanAPP lançam concurso para apoiar estudos em políticas públicas \(noticiasao minuto.com\)](#)

¹⁴ [Ciência para as políticas públicas: FCT e PlanAPP lançam concurso](#)

¹⁵ [Science4Policy 2023 \(S4P-23\): Concurso de Estudos de Ciência para as Políticas Públicas - FCT](#)

¹⁶ [Ciência para as políticas públicas \(planapp.gov.pt\)](#)

- **PLANAPP:** *Science4Policy* apoia 18 estudos para a política pública¹⁷;
- **FCT:** 1ª edição do *Science4Policy* apoia 18 estudos para a política pública¹⁸;
- **Expresso:** Influência dos estrangeiros na habitação, inteligência artificial e financiamento das empresas: projetos com um ano para dar provas¹⁹;
- **Público:** Há 18 novos projetos que vão estudar políticas públicas para Portugal²⁰;
- **Eco:** FCT e PlanAPP vão financiar 18 projetos científicos para apoiar políticas públicas (Lusa)²¹;
- **Jornal de Negócios:** FCT e PlanAPP vão financiar 18 projetos científicos para apoiar políticas públicas (Lusa)²²;
- **Dinheiro Vivo:** FCT e PlanAPP vão financiar 18 projetos científicos para apoiar políticas públicas²³;
- **Notícias ao minuto:** FCT e PlanAPP vão financiar 18 projetos científicos para apoiar políticas públicas (Lusa)²⁴;
- **Dnotícias:** FCT e PlanAPP vão financiar 18 projetos científicos para apoiar políticas públicas (Lusa)²⁵.

Procurando promover a transparência da informação sobre o concurso, o PLANAPP produziu ainda um documento para divulgação dos estudos selecionados, incluindo título, linha temática, investigador responsável, instituição proponente e *abstract*, em português²⁶ e em inglês²⁷.

¹⁷ <https://www.planapp.gov.pt/science4policy-apoia-18-estudos-para-politica-publica/> (data de divulgação: 9/4/2024).

¹⁸ <https://www.fct.pt/1a-edicao-do-science4policy-apoia-18-estudos-para-a-politica-publica/> (data de divulgação: 9/4/2024).

¹⁹ <https://expresso.pt/economia/administracao-publica/2024-04-10-Influencia-dos-estrangeiros-na-habitacao-inteligencia-artificial-e-financiamento-das-empresas-projetos-com-um-ano-para-dar-provas-1dc306df> (data de publicação: 10/4/2024).

²⁰ <https://www.publico.pt/2024/04/09/ciencia/noticia/ha-18-novos-projectos-vao-estudar-politicas-publicas-portugal-2086412> (data de publicação: 9/04/2024).

²¹ <https://eco.sapo.pt/2024/04/09/fct-e-planapp-vao-financiar-18-projetos-cientificos-para-apoiar-politicas-publicas/> (data de publicação: 9/4/24).

²² <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/fct-e-planapp-vao-financiar-18-projetos-cientificos-para-apoiar-politicas-publicas> (data de publicação: 9/4/2024)

²³ <https://www.dinheirovivo.pt/8531586029/fct-e-planapp-vao-financiar-18-projetos-cientificos-para-apoiar-politicas-publicas/> (data de publicação: 9/4/24).

²⁴ <https://pt.cision.com/cp2013/clippingdetails.aspx?id=72121470-33E3-465C-9BF0-7B9BAB0B7B83> (data de publicação: 10/5/2024).

²⁵ <https://www.dnoticias.pt/2024/4/10/401027-fct-e-planapp-vao-financiar-18-projectos-cientificos-para-apoiar-politicas-publicas/> (data de publicação: 10/5/2024).

²⁶ <https://www.planapp.gov.pt/wp-content/uploads/2024/04/Projetos-selecionados-na-1a-Edic%C3%A7%C3%A3o-do-Concurso-Science4Policy.pdf>

²⁷ <https://www.planapp.gov.pt/wp-content/uploads/2024/01/FCTPlanAPP-SelectedProjects-S4P23.pdf>

6. Contratualização dos estudos S4P-23

Imediatamente após a notificação aos candidatos e a divulgação dos resultados finais do concurso S4P-23, o PLANAPP promoveu o início dos procedimentos contratuais dos estudos selecionados, junto da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros – SGPCM (que presta apoio ao PLANAPP em matéria de contratação, entre outras), a qual, após assegurar os atos administrativos prévios necessários, iniciou os procedimentos contratuais junto de cada uma das entidades a contratar, culminando com a assinatura dos contratos e início da sua execução.

Assim, esta segunda etapa do S4P-23 visa concretizar a aquisição pelo PLANAPP dos serviços de I&D dos estudos selecionados como os mais adequados no âmbito do concurso promovido na etapa anterior, para responder às linhas temáticas em que se identificou a necessidade de recurso a entidades do sistema nacional de ciência e tecnologia. Conforme já referido, estas aquisições são financiadas pelo PLANAPP no quadro da execução do Subinvestimento com o código C19-i07.04 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) designado por “Capacitação da Administração Pública – PlanAPP” (correspondente ao “Projeto Competências em Planeamento e Prospetiva da AP” com o código C19-i07.04.m01; na linha “aquisição de serviços de consultoria especializada”), no âmbito do Investimento C19-i07 “Capacitação da AP – Formação de Trabalhadores e Gestão do Futuro” da C19 – Administração Pública – Digitalização, Interoperabilidade e Cibersegurança, do qual o PLANAPP é beneficiário direto e cujo financiamento se encontra contratualizado com a Estrutura de Missão “Recuperar Portugal”, através de contrato assinado a 22 de novembro de 2021.

As aquisições têm pelo menos dois entregáveis obrigatórios. O cronograma final do plano de trabalhos, que consiste num documento que especifica tarefas, modo de execução e calendarização. E o relatório final de execução, incluindo o *policy brief*, que consiste num documento que resume a execução dos trabalhos e os seus outputs, incluindo publicações científicas ou outras atividades (tais como ações de comunicação) e que poderá também, se necessário, servir para detalhar o *policy brief* a nível científico ou metodológico. O relatório final pode ser redigido em português ou em inglês; o *policy brief* deve ser redigido em inglês e em português.

Conforme previsto no aviso de abertura do concurso S4P-23, a modalidade de pagamento em cada uma das aquisições é definida em função dos dois entregáveis, da seguinte forma: a) 75% com a entrega do cronograma final do plano de trabalhos até um mês após a assinatura do contrato; b) 25% finais após a apresentação e a avaliação positiva do relatório final de execução, incluindo do *policy brief*, até ao termo do prazo de execução do estudo. A cada uma das aquisições corresponde o prazo de execução e o valor aprovados em sede do concurso S4P-23, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Os estudos iniciam obrigatoriamente com a assinatura do contrato. Ao prazo máximo de execução do estudo podem reservar-se 30 dias consecutivos adicionais, se necessário, para o envio do relatório final de execução e *policy brief* revistos, para efeitos de avaliação final positiva do PLANAPP.

Os resultados dos estudos destinam-se a ser utilizados pelas entidades da Administração Pública das áreas governativas que, no âmbito da REPLAN, identificaram e definiram a necessidade subjacente à linha temática do concurso S4P em que o estudo se enquadra, e demais entidades públicas e decisores

envolvidos na formulação das políticas públicas em causa. Pretende-se, desta forma, reforçar as capacidades de apoio à definição e implementação de política pública, avaliação de política e prospetiva - planeamento, desenho, adoção e implementação, monitorização e revisão - promovendo as metodologias e o reforço de competências internas na Administração Pública necessárias à melhoria na programação, implementação, monitorização e avaliação da política pública.

À data de apresentação do presente relatório atualizado, já se encontram assinados e em execução todos os contratos no quadro dos 18 estudos selecionados no S4P-23. As datas de início da vigência dos contratos vão de 20 de julho de 2024 a 6 de novembro de 2024, em função das datas da respetiva assinatura. Por outro lado, já foram entregues e validados os primeiros entregáveis (cronograma final do plano de trabalhos) de todos os contratos, todos dentro do prazo. Prevê-se, assim, que os primeiros *policy briefs* comecem a ser entregues a partir do final de julho de 2025.

Finalmente, no quadro da execução dos estudos e conforme previsto no aviso de abertura do concurso S4P-23, teve lugar no final de outubro de 2024, o *workshop* “How to write a policy brief”²⁸, organizado pelo PLANAPP em parceria com o JRC, o qual reconhece como prioritárias a ciência para as políticas e as políticas informadas por evidências e, nesse âmbito, a importância da escrita clara e a produção de publicações acessíveis e compreensíveis por vários tipos de públicos. Para além de elementos do PLANAPP, o *workshop* contou com uma facilitadora do JRC e comentadores externos, nacionais e internacionais, convidados pelo PLANAPP.

Considerando a importância de que os resultados dos concursos S4P sejam mobilizáveis para a decisão e o apoio à decisão em políticas públicas, o *workshop* dirigido aos 18 Investigadores Responsáveis e 15 Co-responsáveis dos estudos selecionados no S4P-23, ofereceu uma sessão de trabalho intensiva (um dia, presencial) que transmitiu conceitos fundamentais sobre como estruturar e elaborar um *policy brief*. Por esta via, potenciam-se também os *outcomes* do S4P, incrementando a probabilidade de utilização futura dos resultados e recomendações dos estudos pelos seus destinatários.

Para este efeito, e para além de uma parte introdutória sobre ciência e políticas públicas, o *workshop* incluiu duas atividades principais: um exercício de simulação de um *policy brief* usando materiais baseados na formação do JRC “Working with evidence”, seguido de um exercício de escrita de um *policy brief* sobre um tema da investigação dos participantes que estes terão escolhido previamente.

²⁸ <https://www.planapp.gov.pt/workshop-como-escrever-policy-brief/>

7. Conclusões

Para promover uma cultura que institucionalize a relação entre as políticas públicas e a ciência, no âmbito da qual se produzam e utilizem evidências científicas nas políticas públicas e se implementem iniciativas que aproximem as duas comunidades, o PLANAPP desenvolveu o concurso *Science4Policy* (S4P): Concurso de Estudos de Ciência para as Políticas Públicas, cuja 1.^a edição foi lançada em setembro de 2023.

Este concurso estimula a produção de estudos, em formato de *policy brief*, que contribuam para preparar e apoiar a tomada de decisão e a definição e implementação de políticas públicas envolvendo diferentes áreas governativas. A concretização do concurso envolveu a assinatura de um Termo Adicional ao Memorando de Colaboração entre a FCT e PLANAPP, visando a definição concreta dos objetivos, termos e condições de execução dos concursos (S4P).

Na 1.^a edição do concurso (S4P-23) foram definidas 22 linhas temáticas enquadradas nas Agendas Temáticas da Estratégia Portugal 2030 e foram selecionados 18 estudos, cuja contratualização pelo PLANAPP se encontra em fase de conclusão. O financiamento destes estudos decorre no quadro da execução do subinvestimento com o código C19-i07.04 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) designado por “Capacitação da Administração Pública –PlanAPP”.

As linhas temáticas foram definidas de acordo com critérios de seleção estabelecidos, que permitiram orientar o desenvolvimento de cada uma de forma precisa e concreta, possibilitando o processo de seleção final das 22 linhas temáticas. Para este processo foram recolhidos os contributos da REPLAN, assumindo um processo colaborativo de resposta às reais necessidades de conhecimento e evidências sentidas pelos vários serviços e organismos da Administração Pública. Grande parte desses contributos foram incluídos ou ajudaram a melhorar a proposta inicial e alguns dos contributos não incluídos foram considerados para a edição do Concurso em 2024, procurando-se reformular e afinar as propostas. Deste modo, espera-se que as propostas de estudos identifiquem e respondam problemas concretos e que sejam passíveis de ser executados durante o período temporal definido.

Em relação às candidaturas apresentadas ao S4P-23, apenas três das 22 linhas temáticas não tiveram candidatos, o que nos parece ser um número interessante para a primeira edição do concurso. Considerando o universo de 141 candidaturas que foram iniciadas na plataforma, mas que não foram concluídas, verificou-se uma taxa de desistência de 51%. Perante esta situação, o PLANAPP articulou com a FCT a revisão do formulário de candidatura e a densificação do Guião de Candidatura, visando apoiar os candidatos das edições seguintes do concurso.

O processo de avaliação das candidaturas foi operacionalizado por dois painéis de avaliação compostos tanto por elementos científicos como por elementos técnico-científicos pertencentes à Administração Pública, e com base nas regras e critérios definidos no aviso de abertura do concurso S4P-23. Esta composição mista dos painéis pretendeu responder aos objetivos específicos do concurso S4P-23 de produção de evidências científicas dirigidas a questões concretas de política

pública, definidas pela própria Administração Pública, tendo resultado numa experiência inovadora muito profícua e equilibrada em termos de avaliação.

Neste contexto, das 71 candidaturas a 22 linhas temáticas, foram selecionados 18 estudos nas linhas temáticas 1 a 14, 16 e 20 a 22 do S4P-23, no montante total de € 827.375,39, conforme decisão final da FCT e do PLANAPP, com base na proposta dos painéis de avaliação. Os resultados finais foram notificados aos candidatos e divulgados²⁹ a 9 de abril de 2024.

Para a publicitação do lançamento do concurso, a colaboração entre o PLANAPP e a FCT permitiu uma ampla divulgação nos media e nos sítios web das entidades, aumentando o potencial alcance do público-alvo do concurso. A este meio de divulgação, juntou-se a divulgação personalizada por e-mail a todas as unidades de investigação nacional, aumentando os níveis de disseminação do concurso. Também os resultados finais do S4P-23 conheceram ampla divulgação, em particular junto dos órgãos de comunicação social. Foi também produzido e divulgado pelo PLANAPP um documento identificando todos os estudos selecionados e respetivos *abstracts*, visando fomentar a transparência deste processo de aconselhamento científico às políticas públicas.

Encontram-se, agora, em fase de conclusão os procedimentos contratuais de aquisição dos estudos selecionados no concurso S4P-23. À data de apresentação do presente relatório atualizado, já se estão assinados e em execução todos os contratos no quadro dos 18 estudos selecionados no S4P-23. As datas de início da vigência dos contratos vão de 20 de julho de 2024 a 6 de novembro de 2024, em função das datas da respetiva assinatura. Por outro lado, já foram entregues e validados todos os primeiros entregáveis (cronograma final do plano de trabalhos). Prevê-se, assim, que os primeiros *policy briefs* comecem a ser entregues a partir do final de julho de 2025. Nesta base, pretende criar-se um repositório de conhecimento científico dirigido a necessidades específicas de várias áreas da política pública, sendo que os *policy brief* produzidos constituirão uma série de publicações, a disponibilizar publicamente no *site* do PLANAPP.

Os resultados dos estudos destinam-se a ser utilizados pelas entidades da Administração Pública que identificaram e definiram a necessidade subjacente à linha temática do concurso S4P em que o estudo se enquadra, e demais entidades públicas e decisores envolvidos na formulação das políticas públicas em causa. Pretende-se, desta forma, reforçar as capacidades de apoio à definição e implementação de política pública, avaliação de política e prospetiva - planeamento, desenho, adoção e implementação, monitorização e revisão - promovendo as metodologias e o reforço de competências internas na Administração Pública necessárias à melhoria na programação, implementação, monitorização e avaliação da política pública.

Finalmente, considerando a importância de que os resultados dos concursos S4P sejam mobilizáveis para a decisão e o apoio à decisão em políticas públicas, foi realizado no final do mês de outubro, o *workshop* “How to write a policy brief” (previsto no aviso de abertura do concurso e nos contratos S4P-23) dirigido aos 18 Investigadores Responsáveis e 15 Co-responsáveis dos estudos selecionados. O

²⁹ <https://www.fct.pt/en/concursos/science4policy-2023-s4p-23-concurso-de-estudos-de-ciencia-para-as-politicas-publicas#tab2>

objetivo foi transmitir conceitos fundamentais sobre como estruturar e elaborar um *policy brief*. Por esta via, potenciam-se também os *outcomes* do S4P, incrementando a probabilidade de utilização futura dos resultados e recomendações dos estudos pelos seus destinatários.

Além de uma monitorização do progresso do Concurso, encontra-se em curso o desenho de um processo de avaliação de *outputs* (resultados) e *outcomes* (impactos) do projeto, a médio e longo-prazo, aumentando a compreensão sobre o impacto da iniciativa. Desta forma, entre outros, visa-se aferir os níveis de participação no projeto da comunidade de formuladores de políticas públicas e da comunidade de cientistas, as interações produtivas promovidas entre estas duas comunidades, ou ainda, o uso e integração dos *policy briefs* pelas instituições públicas.

Em conclusão, o modelo definido para a concretização do concurso S4P-23 resultou na definição das linhas temáticas e dos painéis de avaliação e na divulgação da iniciativa e respetivos resultados, através da colaboração entre PLANAPP-REPLAN e FCT, destacando-se o amplo envolvimento das entidades da Administração Pública e adesão das entidades do sistema científico e tecnológico nacional. Este modelo deve ser, por isso mesmo, replicável em futuras edições do S4P (como já o foi em 2024). Deve ainda ser dado destaque ao acompanhamento dos resultados deste projeto, nomeadamente no que se refere às interações produtivas entre as entidades públicas e a comunidade científica, às abordagens interdisciplinares e co-criativas na execução dos estudos, bem como à apropriação do conhecimento e das evidências mobilizadas para a elaboração dos *policy briefs* no ciclo das políticas públicas a que se dirigem.

O concurso S4P é uma atividade em curso e a próxima fase de execução dos estudos culminando na entrega dos relatórios e *policy briefs*, irá permitir retirar mais lições e acolher mais sugestões, visando o alcance de processos mais completos e capazes de contribuir para uma atuação pública de qualidade, através do apoio ao desenvolvimento de políticas públicas informadas por evidências.

Anexo

- Aviso de abertura *S4P-23*



Science4Policy 2023 (S4P-23):

Concurso de Estudos de Ciência para as Políticas Públicas

Aviso de Abertura



1. Objetivo e Âmbito

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P. (FCT, I. P.), em estreita colaboração com o Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública (PlanAPP), lança a iniciativa *Science4Policy (S4P): Concurso de Estudos de Ciência para as Políticas Públicas*. Esta iniciativa destina-se a apoiar o desenvolvimento de estudos de investigação científica aplicada às políticas públicas, estimulando a produção de conhecimento e de evidências que contribuam para o reforço das competências internas da Administração Pública no apoio à definição e implementação de políticas públicas, planeamento, prospetiva e avaliação de políticas, envolvendo diferentes áreas governativas.

O objetivo principal da presente iniciativa é produzir conhecimento científico dirigido para responder a necessidades específicas identificadas em várias áreas de política pública. A médio-prazo, pretende-se ainda: (i) promover na comunidade científica uma cultura de produção de ciência para a política pública; (ii) promover a utilização dos resultados dos estudos pelos decisores e pelas entidades de apoio à decisão; (iii) estimular abordagens mais integradas e transversais na conceptualização e desenho de políticas, incrementando a coerência das respostas nas diferentes dimensões dos desafios enfrentados pelo país.

Os avisos de abertura no âmbito do *S4P* serão implementados ao abrigo de uma parceria entre o PlanAPP e a FCT, I. P. O financiamento dos estudos será contratualizado com o PlanAPP no âmbito do subinvestimento TD-C19-i07.04 “Capacitação da Administração Pública - PlanAPP” do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

O acompanhamento desses estudos será da exclusiva responsabilidade do PlanAPP e as respetivas condições a estabelecer em sede de contratualização do financiamento.

Na presente edição do concurso, *S4P-23* estão identificadas 22 linhas temáticas (ver Anexo ao presente aviso), que foram definidas com consulta à Rede de Serviços de Planeamento e Prospetiva da Administração Pública (REPLAN).

Cada estudo que vier a ser financiado conclui-se com a entrega de um relatório final de execução, o qual inclui como elemento principal um *policy brief* (em português e em inglês). Os Investigadores Responsáveis (IR) e os Investigadores Co-Responsáveis (Co-IR) pelos estudos financiados devem participar num *workshop* sobre como preparar um *policy brief*, a organizar pelo PlanAPP no primeiro trimestre de 2024.

2. Tipologia e Modalidades dos Estudos a Financiar

Cada candidatura só poderá ter uma entidade beneficiária. Cada candidatura só poderá responder a uma linha temática.

Os estudos propostos em cada candidatura terão uma duração máxima de 12 meses.

A cada candidatura aprovada é atribuído um financiamento até à dotação máxima definida na respetiva linha temática (ver Anexo ao presente aviso de abertura).

3. Atribuição do Financiamento e Modalidades de Pagamento

Para a edição *S4P-23* está prevista uma dotação orçamental global máxima de € 1.000.000 (um milhão de euros). Será financiado um estudo por cada linha temática, até à dotação máxima de financiamento definida na respetiva linha temática (ver Anexo a este aviso de abertura).



O financiamento dos estudos é contratualizado entre as entidades beneficiárias e o PlanAPP, mediante contrato de prestação de serviços, nos termos da legislação aplicável e mediante a verificação do cumprimento dos requisitos e condições aplicáveis.

Os estudos financiados iniciam-se obrigatoriamente com a assinatura do contrato, devendo estar concluídos no prazo máximo de 12 meses.

A modalidade de pagamentos, a efetuar pelo PlanAPP, é a seguinte, sem prejuízo do cumprimento das condições a definir no contrato de prestação de serviços e respetiva legislação:

- a) 75% com a entrega do cronograma final do plano de trabalhos até 1 mês após a assinatura do contrato;
- b) 25% finais após a apresentação e a avaliação positiva do relatório final de execução, incluindo do policy brief.

Para este efeito, a entidade beneficiária deve emitir uma fatura correspondente a cada tranche de pagamento, a enviar ao PlanAPP juntamente com os elementos referidos nas alíneas a) e b) anteriores.

4. Critérios de Elegibilidade dos Estudos e dos Beneficiários

São condições de elegibilidade dos beneficiários e dos estudos as previstas nos subpontos seguintes.

4.1. Estudos

Não são admitidas candidaturas múltiplas do mesmo estudo em linhas temáticas distintas.

4.2. Investigador Responsável

O Investigador Responsável (IR) da candidatura apenas poderá submeter uma candidatura, nessa qualidade, no presente concurso.

Deve ser detentor do grau de doutor, devendo ser submetida a documentação comprovativa.

Deve ser membro integrado de uma unidade de I&D, ou ter um vínculo contratual com um Laboratório do Estado ou um Laboratório Associado com estatuto homologado, devendo ser submetida a documentação comprovativa.

4.3. Instituição Proponente e entidade beneficiária

São instituições proponentes que concorram individualmente:

- I. Instituições do ensino superior, seus institutos e unidades de I&D;
- II. Laboratórios do Estado;
- III. Laboratórios Associados com estatuto homologado;
- IV. Instituições privadas sem fins lucrativos que tenham como objeto principal atividades de I&D;
- V. Outras instituições públicas e privadas, sem fins lucrativos, que desenvolvam ou participem em atividades de investigação científica.

São entidades beneficiárias as instituições proponentes.

No caso de instituições proponentes sem personalidade jurídica, serão entidades beneficiárias do presente concurso as instituições dotadas de personalidade jurídica em que as mesmas se integram.

5. Avaliação

A avaliação das candidaturas é feita por painéis de avaliação compostos por peritos afiliados em instituições nacionais ou estrangeiras, independentes e de reconhecido mérito e idoneidade, a designar, em número igual, pela FCT, I. P. e pelo PlanAPP, será constituído um painel de avaliação por cada linha temática.

A metodologia de seleção e hierarquização dos estudos é baseada no indicador do Mérito do Projeto (MP) que assenta nos seguintes critérios:

- A. Qualidade e adequabilidade ao contexto nacional: qualidade científica e carácter inovador da proposta de estudo apresentada e respetiva adequabilidade ao contexto nacional, incluindo políticas nacionais e, se aplicável, diretivas europeias relevantes (35%);
- B. Exequibilidade do plano de trabalhos do estudo proposto (15%);
- C. Mérito da equipa e adequação dos perfis dos seus membros ao plano de trabalhos do estudo proposto (30%);
- D. Colaboração de serviços ou organismos da Administração Pública com funções de conceção de políticas, planeamento, prospetiva e/ou avaliação de políticas públicas, bem como de produção de estatísticas, na(s) área(s) relevante(s) para o estudo proposto (15%);
- E. Comunicação e disseminação (5%).

O mérito do projeto é obtido através de:

$$MP = 0,35A + 0,15B + 0,30C + 0,15D + 0,05E$$

As pontuações de cada critério são atribuídas numa escala de 1 a 5, com a seguinte correspondência:

- 5 – Excelente
- 4 – Muito bom
- 3 – Bom
- 2 – Suficiente
- 1 – Insuficiente

O resultado do MP é arredondado à centésima.

Nas situações em que a informação disponibilizada em candidatura não permita uma pontuação sustentada de um determinado critério de avaliação será atribuída uma pontuação de 1 (um).

Para efeitos de seleção da candidatura por linha temática, consideram-se elegíveis e objeto de hierarquização os estudos que obtenham uma pontuação final de MP igual ou superior a 3,00 e cumulativamente a pontuação mínima de 1 em cada um dos critérios.

Os estudos avaliados serão objeto de hierarquização por Painel de Avaliação, por linha temática e por ordem decrescente da classificação MP obtida no processo de avaliação.



Como critério de desempate entre estudos com o mesmo MP serão utilizadas sucessivamente e por ordem decrescente as classificações atribuídas aos critérios A), C), B), D) e E).

6. Apresentação das Candidaturas

As candidaturas devem ser apresentadas, em língua portuguesa ou inglesa, a partir do dia 13 de outubro de 2023, até às 17 horas (hora de Lisboa) do dia 14 de novembro de 2023, em formulário eletrónico próprio, disponível na plataforma “myFCT” da FCT, I. P. (<https://myfct.fct.pt/>).

As candidaturas devem incluir, designadamente, o *state of the art* científico enquadrado pelo contexto nacional, a descrição da equipa, o plano de investigação e métodos com a duração máxima de 12 meses, cronograma e a proposta de orçamento até à dotação máxima indicada na linha temática a que se candidata (ver Anexo ao presente aviso de abertura).

O IR, bem como os restantes elementos da equipa de investigação, são responsáveis pela submissão de uma versão atualizada do seu CV na plataforma CIÊNCIAVITAE.

A Declaração de Compromisso da Instituição Proponente ficará disponível na plataforma myFCT para a respetiva concordância pelo responsável máximo da mesma, ou por alguém por si delegado, após terminar o prazo de submissão de candidaturas e até às 16 horas, hora de Lisboa, do dia 28 de novembro de 2023.

7. Fases do Concurso

7.1 Candidatura

O concurso inicia-se com o envio das candidaturas nos termos do ponto 6. do presente aviso.

Cada candidatura contém a identificação do responsável pelo estudo, designado por Investigador Responsável (IR).

O IR é responsável pela candidatura, direção do estudo, cumprimento dos objetivos propostos e pelo cumprimento das regras vertidas no presente aviso.

As candidaturas que não cumpram os requisitos previstos no presente aviso serão liminarmente rejeitadas.

7.2 Avaliação

As candidaturas que cumpram os requisitos de elegibilidade definidos no presente aviso são objeto de avaliação nos termos do ponto 5. do mesmo.

Compete aos painéis de avaliação:

- a) Aplicar os critérios de avaliação definidos no presente aviso;
- b) Elaborar um parecer de avaliação para cada estudo;
- c) Hierarquizar as candidaturas;
- d) Proceder à análise das pronúncias em sede de audiência prévia;
- e) Elaborar atas das respetivas reuniões de painel, na qual são identificadas as situações de conflito de interesses verificadas durante o funcionamento do painel;

- f) Após a fase de audiência prévia, elaborar um relatório final com a proposta de ordenação dos estudos candidatados, e apresentá-lo à FCT, I. P., e ao PlanAPP para efeitos de decisão final.

7.3 Audiência Prévia

A FCT notifica os IR da proposta de decisão podendo os mesmos pronunciar-se, em sede de audiência prévia, no prazo de 10 dias úteis, contados a partir da data de notificação da mesma.

As questões de natureza administrativa ou processual são analisadas pela FCT, com colaboração do PlanAPP.

As questões relacionadas com o mérito científico são analisadas pelo painel de peritos que procedeu à avaliação.

7.4 Decisão

Terminada a fase de audiência prévia, segue-se a notificação da decisão final, sendo os responsáveis pelas candidaturas selecionadas notificados pela FCT para efeitos de contratualização do financiamento com o PlanAPP.

8. Obrigações no Âmbito da Execução do Contrato de Financiamento

Sem prejuízo de outras obrigações constantes do contrato de prestação de serviços, decorrentes do PRR e de legislação aplicável, a entidade financiada deve:

- a) Disponibilizar, nos prazos estabelecidos, os elementos que lhes forem solicitados pelo PlanAPP;
- b) Comunicar as alterações ou ocorrências relevantes que ponham em causa os pressupostos relativos à aprovação do estudo;
- c) Não afetar a outras finalidades, locar, alienar ou por qualquer outro modo onerar, os bens e serviços adquiridos no âmbito dos estudos financiados durante o período resultante do contrato;
- d) Assegurar o controlo orçamental do estudo através de um sistema que permita aferir adequadamente a imputação das despesas e custos do estudo;
- e) Respeitar as normas relativas a informação e publicidade, nos termos transmitidos pelo PlanAPP, incluindo no quadro do PRR, em todos os trabalhos decorrentes do estudo e nos equipamentos que tenham sido total ou parcialmente suportados pelo estudo;
- f) Manter a sua situação contributiva e tributária regularizada;
- g) Submeter, para efeitos de acompanhamento e avaliação, o relatório final de execução;
- h) Conduzir a sua investigação de forma ética e cientificamente responsável, de acordo com os princípios internacionais reconhecidos para a prática de investigação científica.

9. Relatório Final de Execução

Concluída a execução de cada estudo, deverá ser enviado ao PlanAPP para o email science4policy@planapp.gov.pt, para efeitos de avaliação final, um relatório final de execução o qual inclui como elemento principal um *policy brief* (em português e em inglês).



O relatório final de execução é um documento, em português ou inglês, que resume a execução dos trabalhos e os seus *outputs*, incluindo publicações científicas ou outras atividades, (tais como ações de comunicação) e que poderá também, se necessário, servir para detalhar o *policy brief* a nível científico ou metodológico.

As publicações científicas e outros resultados do estudo devem ser divulgados no cumprimento da política de acesso aberto da FCT, I. P.

Ao prazo máximo de 12 meses de execução dos estudos podem reservar-se 30 dias consecutivos adicionais, se necessário, para o envio do relatório final de execução.

O relatório final de execução e respetivo *policy brief*, sem prejuízo da colaboração da FCT, I. P., são validados pelo PlanAPP, que pode solicitar a sua revisão adicional antes de os validar.

10. Fonte de Financiamento e Legislação Aplicável

Os estudos são financiados pelo PRR, no quadro da execução do subinvestimento com o código C19-i07.04 designado por “Capacitação da Administração Pública - PlanAPP” enquadrado no Investimento com o código C19-i07 “Capacitação da AP – Formação de Trabalhadores e Gestão do Futuro” da Componente C19 - Administração Pública - Digitalização, Interoperabilidade e Cibersegurança, do PRR.

Em termos procedimentais em tudo o que não estiver especificamente previsto no presente aviso de abertura, aplicar-se-ão as normas constantes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual.

À formação e execução do contrato de prestação de serviços, incluindo eventuais situações de incumprimento, é aplicável o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, e demais legislação, designadamente no quadro do PRR.

11. Contactos

Informações sobre o concurso devem ser solicitadas através do endereço de correio eletrónico: concursoprojetos@fct.pt.



www.planapp.gov.pt



PLANAPP



@planapp_



Newsletter



PLANAPP

Boas Políticas Públicas
Melhor Sociedade